



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

INTERVENÇÃO DE EDUARDO FERRO RODRIGUES,

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

CONFERÊNCIA “A FISCALIZAÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE”

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

FUNCHAL, 21 NOVEMBRO DE 2016

Depois de Lisboa e do Porto, as comemorações dos 40 anos da Constituição da República Portuguesa passam hoje pela Madeira.

Este ano parlamentar tem sido marcado pelas Comemorações dos 40 anos da Constituição da República Portuguesa.

Fiz questão de que assim fosse. Que abrissemos as portas do Palácio de São Bento à cidadania e que levássemos a valorização da Constituição a todo o País.

Nos últimos seis meses, homenageámos os antigos Constituintes de 1975-76, promovemos ações de divulgação da Constituição nos media e nas escolas, acolhemos, promovemos e patrocinámos eventos culturais e conferências.

Este ciclo de Conferências de Direito Constitucional que hoje passa pela Madeira foi coordenado e concebido pelo Professor Doutor Jorge Miranda.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

A ideia foi juntar constitucionalistas de diferentes gerações e Faculdades para debater junto do público universitário e especializado as diferentes dimensões da Constituição: os Direitos Liberdades e garantias, a Constituição Económica e Social, as Autonomias e a Fiscalização da Constitucionalidade.

O Ciclo arrancou na Sala de Leitura da Biblioteca da Assembleia da República, a 7 de junho, com um debate sobre “Princípios Fundamentais e Sistema de Governo”.

No passado dia 7, passou pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto, num debate com especialistas sobre “Direitos, Liberdades e Garantias”.

Hoje é o dia da Madeira. É dia de debatermos outro Capítulo essencial da nossa Constituição: a Fiscalização da própria Constitucionalidade.

E estando nós onde estamos é dia também de evocarmos estes 40 anos de Autonomia Regional.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Há 40 anos deputados oriundos de famílias políticas muito diferentes, representando modelos de sociedade à época antagónicos, souberam convergir não apenas nas regras do jogo democrático – o que já não seria pouco – mas também num verdadeiro programa de desenvolvimento económico e social.

A Constituição é a bussola que nos orienta para lá das conjunturas e das legislaturas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

A Constituição confere-nos um quadro de direitos e garantias, de natureza não apenas cívica e política, mas também económica, social e cultural.

Esses direitos foram concretizados nestas décadas de democracia, justamente porque foi possível criar as condições de diálogo social e político ao longo destes 40 anos para que isso acontecesse.

É esse o segredo do sucesso da Segunda República, em contraste com o definhamento da Primeira.

É esse o segredo do sucesso do nosso Estado social e das conquistas democráticas mais duradouras: lealdade institucional entre adversários, diálogo político e compromissos estratégicos interpartidários.

Vimos isso na Saúde, na Educação, na Segurança Social, na Política de Ciência. Temos de ver isso mais vezes noutros planos e noutras dimensões das políticas públicas.

De resto, as garantias, os direitos e as liberdades, foram sendo sempre assegurados e defendidos, mesmo nos contextos financeiros mais difíceis.

A atualidade e a abrangência desse legado ficou aliás bem clara nestes anos recentes de ajustamento económico e social, em que o Tribunal Constitucional teve uma palavra determinante para balizar os limites da ação governativa.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Num Estado de Direito Democrático não há forças de bloqueio; há isso sim, separação de poderes, pesos e contrapesos, justamente para garantir que os direitos de cada cidadão não são atropelados pelas decisões maioritárias de cada momento.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Temos aqui especialistas no tema da fiscalização da constitucionalidade; temos connosco um protagonista, antigo titular do cargo de Presidente do Tribunal Constitucional.

Quero apenas relevar a forma acolhedora como fomos recebidos pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, e quero sublinhar publicamente o empenho manifestado pelo Senhor Presidente para que esta conferência se realizasse e para que estas comemorações passassem pela Madeira.

Porque celebrar a Constituição de 1976 é celebrar a Democracia e as Autonomias.

Há 40 anos, aprovada a Constituição, realizavam-se as primeiras eleições regionais.

Considero que o Poder Local Democrático e as Autonomias Regionais constituíram um grande avanço constitucional, que teve depois tradução prática na melhoria das condições de vida das nossas populações.

Isso é aliás bem visível aqui na Madeira.

Não há comparação possível entre a Madeira do passado e a Madeira dos nossos dias, entre o Portugal da ditadura e o Portugal da democracia.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Em 1980 a população residente na Madeira sem nível de escolaridade era de cerca de 70%.
70%... Agora está abaixo dos 10%.

A população residente com ensino superior está já nos 16%, quando em 1980 era praticamente residual.

No início deste século havia um médico para mais de 500 habitantes. Agora há um médico para 350 habitantes.

O Portugal democrático é uma construção de todos.

Mérito dos constituintes, e mérito de gerações de legisladores e governantes, que no Estado, no poder local e nas autonomias, souberam honrar o legado dos pais fundadores e deixar Portugal com outros níveis de desenvolvimento económico e social.

Mérito, no fundo, de todos os portugueses que, de norte a sul, passando pelas ilhas, souberam agarrar esta oportunidade de democracia e desenvolvimento num saudável clima de paz social.

Em contraste com a visão centralista própria da ditadura, a democracia sabe que não há nenhuma incompatibilidade entre a autonomia regional e soberania do Estado.

Pelo contrário, é através da autonomia regional e do bom princípio da subsidiariedade que melhor se afirma em cada território o Portugal democrático, europeu e aberto ao mundo que estamos a construir.

Não temos felizmente em Portugal nenhuma questão regional nem nenhum problema de identidade.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Sei que a Madeira partilha das mesmas alegrias dos outros portugueses. Somos solidários. Em todas as frentes.

Há uma solidariedade nacional inegável, que vemos nas horas felizes mas também nas horas difíceis.

Recordo aqui as terríveis cheias de 2011 ou os incêndios que assolaram a Madeira este verão.

Sei bem do respeito e consideração que os madeirenses têm pelas forças de segurança e defesa que aqui estão sediadas, pelo apoio que fazem às populações e pelo que representam em termos de presença do Estado.

Tive oportunidade de lembrar recentemente nos Açores como esta coesão nacional é uma enorme vantagem para Portugal num mundo tão ameaçado por tensões religiosas, nacionalistas e regionalistas.

A autonomia regional veio aprofundar a comunicação, os laços afetivos e o desenvolvimento humano. Nesse sentido, veio reforçar Portugal.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Queria também sublinhar que a nossa Constituição tem permitido soluções políticas novas e inovadoras.

As incertezas próprias das soluções novas deram lugar a um clima de estabilidade política e de normalização democrática em Portugal.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Sinto que a crispação está a dar lugar à esperança.

Para isso muito tem contribuído o papel dialogante e atento do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que também tomou posse neste último ano.

A cooperação entre órgãos de soberania tem sido impecável, acho que estou em posição de o garantir.

A oposição recompôs-se e progressivamente vai procurando ocupar o seu lugar neste tempo novo que vivemos.

Para este clima de estabilidade e confiança contribuíram as instituições democráticas, todas, sem exceção, mas também os resultados da economia e das contas públicas, e o cumprimento escrupuloso das obrigações europeias às quais estamos vinculados.

Temos ainda problemas para enfrentar como a recente subida das taxas de juro que afeta a nossa dívida pública. Esperemos que o BCE continue a cumprir o seu papel.

É muito importante que pela primeira vez desde 2009 Portugal saia da zona dos défices excessivos.

É muito importante que a economia cresça como está a crescer.

Em diálogo com a Europa, Portugal viu aprovados os seus orçamentos, o seu Programa de Estabilidade, o seu Programa de Reformas, e mudanças importantes para a saúde do nosso sistema financeiro.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

O diálogo com a Europa nunca será um diálogo fácil, as incompreensões são muitas: nunca nos podemos esquecer que a União Europeia representa 28 ou 27 opiniões públicas nacionais.

É, no entanto, um diálogo possível e necessário.

A ameaça das sanções, que chegou a pairar, acabou por cair, e para isso muito contribuiu a frente interna coesa que se formou na Assembleia da República.

Temos certamente muito a fazer em matéria de consolidação das contas públicas e de sustentabilidade do Estado social.

Temos o desafio da qualificação a colocar-se em várias frentes: nas pessoas, nas empresas, nos territórios.

Mas temos um bem raro no contexto das democracias ocidentais. E isso não pode deixar de ser considerado por uma União Europeia que se assume como região de democracias e desenvolvimento.

Temos uma democracia mais rica, com mais soluções de diálogo.

Cada deputado conta, e isto dá uma centralidade ao parlamento que só o pode reforçar aos olhos dos portugueses.

Temos agora mais portugueses, através dos seus representantes, a contribuírem para soluções plurais, no quadro do respeito pelas regras europeias e pelos nossos compromissos internacionais.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

No parlamento português não há lugar para a xenofobia nem para o ódio.

Em Portugal não existem fragmentações regionalistas ou nacionalistas.

Somos uma sociedade aberta, coesa e inclusiva, com uma democracia estável e pluralista. Isto é uma grande vantagem estratégica.

É um bem que se tornou infelizmente mais raro no ano que passou.

Os nacionalismos populistas crescem um pouco por todo o lado. A crise dos sistemas partidários tradicionais é inegável. Já não apenas em Estados frágeis ou em democracias recentes, mas também nas democracias mais antigas do mundo.

Os democratas têm o dever de perceber por que razão isto acontece e têm de reagir. Não há mais tempo a perder.

A nossa Constituição também nos diz que, da esquerda à direita, todos os democratas têm de saber reforçar a participação democrática. Têm de falar para todos. Têm de ouvir quem está a ficar para trás, e não apenas os mesmos de sempre, com os bem-sucedidos, que já têm influência e voz.

A força das democracias assenta sempre numa classe média forte.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Ora se olharmos para a evolução do rendimento da classe média ocidental vemos que esse rendimento estagnou. Vemos pais angustiados com o futuro dos seus filhos, com o futuro do trabalho e a qualidade dos empregos que ainda se vão arranjando.

O refugiado, o imigrante, o que é diferente, serve de bode expiatório perante um sentimento de insegurança e um tempo de mutações que nem todos conseguem acompanhar.

Os democratas têm aqui uma palavra a dizer.

Não podem estar fora de jogo quando se trata de defender a transparência ou de combater as desigualdades sociais.

Não podem estar fora de jogo quando se trata de desmascarar no espaço público as falsas respostas que estão a ser dadas para problemas que são verdadeiros.

Não nos iludamos: Portugal é uma sociedade aberta ao mundo, uma economia muito exposta às conjunturas internacionais. Nada nos garante que estaremos eternamente imunes a estas tendências.

Temos ainda presente na memória os efeitos nefastos dos autoritarismos nacionalistas, é certo. Mas os fatores críticos que afetam outras democracias também cá estão.

Saibamos estar atentos aos sinais. Nunca esqueçamos qual é a nossa principal obrigação como democratas: ouvir as pessoas que servimos, olhar em particular para os que mais sofrem e para os que se sentem mais esquecidos.

A globalização, a União Europeia, a repartição dos rendimentos, não são fenómenos naturais, são construções políticas, são construções humanas e têm de ser melhoradas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Saibamos colocar a globalização e a União Europeia ao serviço das pessoas, sem perder de vista que o isolamento, o protecionismo, o regresso às fronteiras do passado não são uma opção para quem defende a sério a paz e a prosperidade.

A causa da democracia, da paz e do desenvolvimento precisa de democratas. Capazes de travar a batalha democrática das ideias, dando luta ao populismo nacionalista e devolvendo esperança às pessoas.

Todos estamos convocados para travar esta espécie de “corrida para o abismo” de que falou Jorge Sampaio.

Cada um na sua função – Assembleia da República, Governo, Tribunal Constitucional, Governo Regional, Assembleias Legislativas Regionais, saibamos defender aquilo que a Constituição tem de mais importante: a Democracia, o Estado de Direito, o Desenvolvimento Social, as Autonomias Regionais.

Muito obrigado pela vossa atenção, muito obrigado à Madeira por esta calorosa receção.